

QUESTÕES PARA DEFENSOR PÚBLICO

EXAMINADORA: FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

1 - (FCC - 2011 - DPE-RS - Serviços Públicos;)

Atenção:

Nas questões **83** e **84** são apresentadas três assertivas, que podem ser corretas ou incorretas.

Para responder a cada uma das questões, use a seguinte chave:

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

Considere as seguintes afirmações com relação ao regime de concessão e permissão da prestação dos serviços públicos, tendo em vista a Lei nº 8.987/95:

I. O poder concedente publicará, simultaneamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão do serviço público, caracterizando seu objeto, área e prazo.

II. O serviço adequado é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

III. A permissão de serviço público é a delegação, a título precário, feita pelo poder concedente apenas à pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, precedida ou não de licitação, formalizada mediante contrato de adesão.

- a) I.

- **b) II.**
- **c) III.**
- **d) I e III.**
- **e) II e III.**

2 - (Prova: FCC - 2011 - Controle da Administração Pública;)

Considere as seguintes afirmações com relação aos controles externo e interno da administração pública, tendo em vista os artigos 70 a 75 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

I. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma independente, sistema de controle interno, com a finalidade de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

II. Os responsáveis pelo controle externo, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas competente, sob pena de responsabilidade subsidiária.

III. O controle externo exercerá a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

- **a) I.**
- **b) II.**
- **c) III.**
- **d) I e III.**
- **e) II e III.**

3 - (FCC - 2011 - DPE-RS - Licitações;)

Com relação aos benefícios das microempresas e das empresas de pequeno porte nas licitações, que independem de regulamentação pelo órgão licitante, de acordo com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, é correto afirmar:

- **a)** A microempresa e a empresa de pequeno porte têm preferência, como critério de desempate, para a contratação em licitações.
- **b)** A regularidade jurídica da microempresa e da empresa de pequeno porte será exigida apenas na assinatura do contrato.
- **c)** A microempresa será automaticamente declarada vencedora se a sua proposta for superior ao melhor preço em até dez por cento.
- **d)** A microempresa e a empresa de pequeno porte estão dispensadas de apresentar a documentação fiscal para participar em licitações.
- **e)** A microempresa terá preferência na contratação quando sua proposta for equivalente à apresentada por empresa de pequeno porte.

4 - (FCC - 2011 - DPE-RS - Princípios da Administração Pública;)

Na relação dos princípios expressos no artigo 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, NÃO consta o princípio da

- **a)** moralidade.
- **b)** eficiência.
- **c)** probidade.
- **d)** legalidade.
- **e)** impessoalidade.

5 - (FCC - 2010 - DPE-SP - Atos Administrativos; Princípios da Administração Pública)

A capacidade da Administração Pública de poder sanar os seus atos irregulares ou de reexaminá-los à luz da conveniência e oportunidade, reconhecida nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, está em consonância direta com o princípio da

- **a)** moralidade.
- **b)** autoexecutoriedade.
- **c)** indisponibilidade do interesse público.
- **d)** segurança jurídica.

- e) autotutela.

6 - (FCC - 2010 - DPE-SP - / Atos Administrativos; Intervenção do Estado na Propriedade;)

O ato da Administração Pública declarando como de utilidade pública ou de interesse social a desapropriação de determinado imóvel NÃO tem como efeito

- a) indicar o estado em que se encontra o imóvel, para fins de futura indenização.
- b) proibir a obtenção de licença para o proprietário efetuar obras no imóvel.
- c) iniciar a contagem do prazo legal para a verificação da caducidade do ato.
- d) permitir às autoridades competentes adentrar no prédio objeto da declaração.
- e) demonstrar o posterior interesse na transferência da propriedade do imóvel.

7 - (FCC - 2010 - Parcerias Público-Privadas; Contratos Administrativos;)

O convênio administrativo, como instrumento de associação do Poder Público com entidades privadas ou mesmo entre entidades públicas, tem como característica própria

- a) o fato de que os entes conveniados, por terem objetivos institucionais diversos, visam à concretização de propósitos que lhes sejam favoráveis.
- b) a prefixação do preço ou remuneração pela colaboração prestada, sendo vedadas quaisquer formas de repasse de recursos materiais ou humanos.
- c) a realização conjunta de atividades comuns, ainda que seus partícipes tenham interesses opostos ou desejem coisas diferentes.
- d) a ausência de vínculo ou cláusula de permanência obrigatória entre os convenientes, podendo ser denunciado antes do término do prazo de vigência.
- e) a obrigatoriedade de prévio procedimento licitatório, uma vez que do ajuste resultarão obrigações recíprocas de natureza contratual.

8 - (FCC - 2010 - DPE-SP / Serviços Públicos;)

A formalização da concessão de serviço público, disciplinada em sua forma comum pela Lei nº 8.987/95, dar-se-á por contratação

- **a)** direta e sem prazo determinado, em decorrência de ser inexigível a licitação.
- **b)** com licitação prévia e obrigatória, na modalidade de concorrência.
- **c)** com licitação dispensável, devido à prestação ser por conta e risco do concessionário.
- **d)** em condições legais excepcionais, sem exigência de modalidade licitatória específica.
- **e)** com licitação dispensada, se demonstrada a melhor capacidade do concessionário.

9 - (FCC - 2010 - DPE-SP / Processo Administrativo Federal;)

De acordo com a Súmula Vinculante nº 5 do Supremo Tribunal Federal, no processo administrativo disciplinar

- **a)** a demissão imposta a bem do serviço público deve ser submetida a prévio controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- **b)** a falta de defesa técnica por advogado não ofende a Constituição Federal.
- **c)** a ausência de defesa por advogado acarreta a nulidade absoluta, se não for sanada antes da fase de julgamento.
- **d)** a presença de advogado em todas as fases de processo administrativo disciplinar é obrigatória.
- **e)** o acusado deve ser defendido por advogado regularmente constituído, caso não possua capacidade postulatória.

10 - (FCC - 2010 - DPE-SP / Poderes Administrativos;)

A restrição de acesso a local de repartição pública, onde se realiza atendimento ao público, de determinada pessoa que rotineiramente ali comparece, causando tumultos aos trabalhos desenvolvidos, é

- **a)** arbitrária, uma vez que coíbe direito individual constitucional de liberdade de locomoção.
- **b)** legal, por força do poder regulamentar conferido à Administração Pública.
- **c)** normal, se o servidor responsável pelo serviço público possuir autonomia funcional.
- **d)** irregular, pois extrapola o uso do poder normativo da Administração Pública.
- **e)** admissível, com base no poder de polícia exercido em prol da coletividade.

GABARITOS:

1 - B 2 - C 3 - A 4 - C 5 - E 6 - B 7 - D 8 - B 9 - B 10 - E

11 - (FCC - 2009 - DPE-MA - / Improbidade Administrativa;)

Em ações de improbidade administrativa aplica-se a seguinte regra:

- **a)** corre sempre em segredo de justiça em razão do interesse particular do agente público envolvido no ato de improbidade administrativa.
- **b)** em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade promovida por interessado, o juiz assegurará ao Ministério Público promover o prosseguimento da ação.
- **c)** a sentença que julgar improcedente a ação de improbidade condenará sempre o autor da demanda nas custas e nos honorários advocatícios.
- **d)** da decisão que receber a petição inicial, na ação de improbidade, caberá agravo de instrumento.
- **e)** a sentença que decretar a perda dos bens havidos ilicitamente, pela prática de atos de improbidade, determinará a reversão dos bens a um fundo gerido por Conselho Estadual, de que participará necessariamente o Ministério Público.

12 - (FCC - 2009 - DPE-MA - / Responsabilidade Civil do Estado;)

Determinado policial militar conduzia viatura pública por avenida de tráfego intenso quando, ao avistar suspeito da prática de crime, efetuou conversão proibida para mudar de sentido e iniciar perseguição. Em razão da conversão proibida, colidiu com veículo particular, ferindo gravemente um de seus ocupantes. A conduta do servidor público pode dar ensejo à apuração de sua responsabilidade no âmbito

- **a)** civil, respondendo sob a modalidade objetiva, na forma do artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, sem prejuízo de regular processo administrativo disciplinar.
- **b)** penal, se vier a ser demonstrada a tipificação de sua conduta, somente após o que poderá ser punido administrativamente.
- **c)** administrativa, pela infração cometida nesta esfera, sem prejuízo da reparação civil que lhe venha a ser imposta, caso fique demonstrada culpa ou dolo.
- **d)** penal, pelo crime ou contravenção praticada, sem prejuízo da responsabilidade civil, que se processará sob a modalidade objetiva.
- **e)** civil, se for demonstrada culpa ou dolo de sua conduta, o que absorverá eventual punição disciplinar a que faria jus, porque menos gravosa.

13 - (FCC - 2009 - DPE-MA - Intervenção do Estado na Propriedade;)

Considerando que a execução de obras para implantação de uma linha de metrô compreende inúmeras fases, destaca-se a primeira delas como sendo a identificação das áreas que serão afetadas pelo investimento público. Nem todas as áreas utilizadas para a implantação da obra terão seu aproveitamento econômico esvaziado, de forma que muitas prescindirão de aquisição de domínio (p. ex., áreas para canteiro de obras ou margem de segurança para perfuração). Neste sentido, é correto afirmar que, além da desapropriação para alguns trechos da obra, poderão ser utilizados pela Cia. do Metropolitano - METRÔ, os seguintes institutos de intervenção na propriedade privada:

- **a)** limitação administrativa, na medida em que impõe obrigações de não fazer decorrentes de necessidade urgente do Poder Público.
- **b)** ocupação temporária, na medida em que viabiliza a utilização transitória remunerada de propriedade particular.
- **c)** requisição administrativa, instituída por acordo entre as partes e que visa à obrigação de fazer pelo proprietário, que deverá colaborar com a obra.

- **d)** tombamento, que grava a propriedade particular com limitações do aproveitamento econômico, restringindo-lhe os usos permitidos.
- **e)** servidão, na medida em que impõe ao proprietário o dever de suportar, gratuita e por meio de lei, o serviço público cuja prestação justificou sua instituição.

14 - (FCC - 2009 - DPE-MA - Contratos Administrativos;)

O Poder Público contratou, por meio de regular licitação, a execução de uma obra pública em terreno recentemente desapropriado para esta finalidade. Durante o início das fundações, a empresa contratada identificou focos de contaminação do solo na área. Este fato obriga a realização de trabalhos de descontaminação cujo custo eleva em demasia o preço da obra. Considerando que as partes não tinham conhecimento da contaminação e que, por razões de ordem técnica não poderiam sabê-lo antes, caberá

- **a)** rescindir o contrato e realizar nova licitação para contratação de empresa para a realização da obra, agora considerado o novo custo.
- **b)** alterar o contrato para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observados os requisitos legais.
- **c)** realizar nova licitação para contratação do serviço de descontaminação do solo, devendo a empresa anteriormente contratada concorrer com terceiros, resguardando-se, no entanto, seu direito de preferência caso haja igualdade de propostas.
- **d)** rescindir unilateralmente o contrato pela contratada, em face do fato imprevisível, restituindo-se-lhe o valor gasto até então.
- **e)** realizar a descontaminação do solo diretamente pelo contratante, mantendo-se inalteradas as condições do contrato celebrado, cuja execução ficará apenas diferida no tempo.

15 - (FCC - 2009 - DPE-MA - Atos Administrativos;)

São exemplos de atos administrativos vinculados:

- **a)** autorização de uso de imóvel público e homologação de procedimento licitatório que se pretenda concluir.

- **b)** licença de funcionamento e permissão de uso de imóvel público.
- **c)** permissão de uso de imóvel público e aprovação para alienação de terras públicas.
- **d)** homologação do procedimento licitatório que se pretenda concluir e licença de funcionamento.
- **e)** aprovação de alienação de terras públicas e alvará de uso privativo de terras públicas.

16 - (FCC - 2009 - DPE-MA - Poderes Administrativos;)

Dentre os chamados Poderes da Administração, aquele que pode ser qualificado como autônomo e originário em determinadas situações previstas na Constituição Federal é o poder

- **a)** hierárquico, que permite à autoridade superior a possibilidade de punição disciplinar independentemente de expressa previsão legal.
- **b)** disciplinar, na medida que permite a imposição de sanções não previstas em lei.
- **c)** regulamentar, que permite o exercício da função normativa do Poder Executivo com fundamento direto na Constituição Federal.
- **d)** discricionário, que permite à Administração Pública atuar sem expressa vinculação à lei, nos casos em que inexista disciplina normativa para o assunto.
- **e)** de polícia, que permite à Administração Pública a prática de atos administrativos, preventivos e repressivos, para a disciplina de situações não previstas pela legislação.

17 - (FCC - 2009 - DPE-MA - Administração Indireta;)

Considerando-se a autonomia inerente às autarquias, admite-se, em relação a este ente

- **a)** controle, nos limites legais, a ser exercido pela pessoa política que instituiu a autarquia.
- **b)** autotutela, que se traduz pela possibilidade de controle a ser exercido pela pessoa política que instituiu a autarquia.

- **c)** fiscalização pelo Tribunal de Contas, nos moldes e limites a serem definidos na lei que disciplina o controle da autarquia pela pessoa política que a instituiu.
- **d)** fiscalização a ser exercida pelo Tribunal de Contas, com auxílio da pessoa política que instituiu a autarquia.
- **e)** revisão dos atos praticados pela autarquia para sua adequação aos fins que justificaram sua instituição, a ser exercido pela pessoa política que a instituiu.

18 - (FCC - 2009 - DPE-MA - Licitações;)

O Estado do Maranhão adjudicou, em sede de execução fiscal, um imóvel que pertencia a uma empresa devedora de ICMS. Pretendendo alienar este imóvel com a maior agilidade possível, uma vez autorizada normativamente a transferência onerosa, o Poder Público deve adotar a seguinte modalidade de procedimento licitatório:

- **a)** pré-qualificação.
- **b)** pregão.
- **c)** leilão.
- **d)** tomada de preços.
- **e)** convite.

19 - (FCC - 2009 - DPE-MA - Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

No que concerne às normas constitucionais sobre servidores públicos, tem-se que

- **a)** é permitida a equiparação de vencimentos entre carreiras paradigmas, desde que dentro da mesma esfera política.
- **b)** é permitida a acumulação remunerada de dois cargos privativos em carreiras jurídicas paradigmas, desde que dentro da mesma esfera política e observados os requisitos legais.
- **c)** os vencimentos percebidos pelo Defensor Público estadual não podem exceder o subsídio mensal do Governador do Estado.
- **d)** os cargos em comissão que devem ser preenchidos por servidores de carreira, nos limites legais, são restritos às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- **e)** a proibição de acumulação de cargos e empregos não se estende à Administração Indireta, exceto no que se refere às funções públicas.

20 - (: FCC - 2009 - DPE-MA / Bens Públicos;)

Em relação aos bens públicos e de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, é correto afirmar que os bens imóveis

- **a)** de uso comum e os de uso especial são gravados com inalienabilidade absoluta, independentemente de desafetação, somente sendo possível alienar os dominicais.
- **b)** de uso comum e os de uso especial não podem ser alienados a particulares enquanto conservarem esta qualidade, mas podem ter seu domínio transferido a outro ente público, observados os requisitos legais, sem perderem a afetação.
- **c)** dominicais são gravados com inalienabilidade, somente sendo passíveis de serem comercializados sob a égide do direito privado caso sejam desafetados por lei.
- **d)** dominicais dispensam autorização legislativa para serem alienados, uma vez que não são gravados com inalienabilidade.
- **e)** de uso comum e de uso especial dependem de lei autorizativa para sua alienação onerosa, enquanto os dominicais dispensam este requisito formal.

GABARITOS:

11 - D 12 - C 13 - B 14 - B 15 - D 16 - C 17 - A 18 - C 19 - D 20 - B

21 - (FCC - 2009 - DPE-MA / Responsabilidade Civil do Estado;)

A responsabilidade civil do Estado prevista na Constituição Federal incide sob a modalidade

- **a)** objetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais dos quais haja decorrido dano indenizável.

- **b)** subjetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por concessionárias de serviços públicos, remanescendo responsabilidade solidária do Estado pelo ressarcimento dos danos indenizáveis.
- **c)** objetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por agentes estatais e subjetiva, quando ditos atos forem lícitos.
- **d)** subjetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais se destes tiverem advindo danos morais indenizáveis.
- **e)** subjetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por empregados de concessionárias de serviços públicos que tenham ocasionado danos a usuário do serviço.

22 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Poderes Administrativos;)

Considere os dispositivos abaixo, extraídos do art. 84 da Constituição Federal, cujo caput é "Compete privativamente ao Presidente da República":

I. "iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".

II. "sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução".

III. "vetar projetos de lei, total ou parcialmente".

Há exemplo de poder regulamentar da Administração Pública em:

- **a)** II e III, apenas.
- **b)** I, II e III.
- **c)** I, apenas.
- **d)** II, apenas.
- **e)** III, apenas.

23 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Parcerias Público-Privadas;)

Considere as seguintes assertivas, completando a frase inicial: "É vedada a celebração de contrato de parceria públicoprivada:

I. cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)".

II. cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos".

III. que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública."

Nos termos da Lei nº 11.079/04, é correto o que se afirma em

- **a)** I, II e III.
- **b)** I, apenas.
- **c)** I e II, apenas.
- **d)** I e III, apenas.
- **e)** II e III, apenas.

24 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Intervenção do Estado na Propriedade;)

O seguinte dispositivo do Decreto-Lei nº 3.365/41 teve sua constitucionalidade questionada perante o Supremo Tribunal Federal: "Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos".

Por decisão em medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, entre outros aspectos, o Supremo Tribunal Federal entendeu que

- **a)** o termo inicial da incidência dos juros compensatórios é o trânsito em julgado da sentença.
- **b)** a diferença sobre a qual deva incidir os juros compensatórios se dá entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.
- **c)** não incidem juros compensatórios em desapropriação por interesse social.
- **d)** não é mais compatível com a Constituição Federal vigente a imissão prévia na posse.

- **e)** é necessário o cálculo de juros compostos em se tratando da incidência de juros compensatórios.

25 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Consórcios Públicos;)

Considerando o regime da Lei nº 11.107/05, tem-se que um consórcio administrativo caracterizado como consórcio público

- **a)** não poderá outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, haja ou não autorização prevista no contrato de consórcio público.
- **b)** apenas poderá ter a participação da União se igual mente participar ao menos um Estado e um Município.
- **c)** poderá, nos termos do contrato de consórcio de direito público ou privado, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo próprio consórcio.
- **d)** ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, desde que mediante licitação.
- **e)** poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrado ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.

26 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Licitações;)

É exemplo de aplicação da teoria da imprevisão o seguinte trecho extraído de dispositivos da Lei nº 8.666/93:

"Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)

- **a)** por acordo das partes, (...) objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado".
- **b)** unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos".

- **c)** unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei".
- **d)** por acordo das partes, quando conveniente a substituição da garantia de execução".
- **e)** por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários".

27 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Serviços Públicos;)

Em relação ao sentido de serviço público que se pode extrair do regime constitucional hoje vigente no Brasil, pode-se corretamente afirmar que é um sentido

- **a)** restrito, vez que apenas pode ser considerado serviço público aquele prestado mediante concessão ou permissão.
- **b)** unívoco, na medida em que a Constituição contém um rol expresso e taxativo dos deveres do Estado, dizendo-os "serviços públicos".
- **c)** mais restrito do que certas formulações doutrinárias, face à dicotomia constitucional estabelecida entre serviços públicos e atividades econômicas exploradas pelo Estado.
- **d)** amplo, posto que as atividades estatais em geral, como regra, comportam execução por delegação, mediante concessão ou permissão.
- **e)** restrito, vez que apenas pode ser considerado serviço público aquele prestado diretamente pelo Estado.

28 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Processo Administrativo Federal;)

Considerando-se o regime da Lei nº 9.784/99, é INCORRETO dizer ser um dever do administrado perante a Administração:

- **a)** expor os fatos conforme a verdade.
- **b)** requerer o início do processo administrativo em que tenha interesse.
- **c)** proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

- **d)** não agir de modo temerário.
- **e)** prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

29 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Improbidade Administrativa;)

Considere três diferentes atos praticados por agente público:

I. negar publicidade aos atos oficiais;

II. agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

III. perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

Em tese, por força do disposto na Lei nº 8.429/92, o agente está sujeito às cominações de "perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos",

- **a)** em todas as hipóteses, I, II e III.
- **b)** em nenhuma das hipóteses, I, II ou III.
- **c)** apenas na hipótese I.
- **d)** apenas na hipótese II.
- **e)** apenas na hipótese III.

30 - (FCC - 2009 - DPE-MT - Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

NÃO é característica do regime jurídico estabelecido pela Constituição Federal para o subsídio, como espécie remuneratória,

- **a)** ao subsídio ser vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

- **b)** somente poder o subsídio ser fixado ou alterado por lei específica.
- **c)** o subsídio não ter assegurada revisão geral anual.
- **d)** o subsídio ser aplicável a membro de Poder, detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais.
- **e)** o subsídio ser fixado em parcela única.

GABARITOS:

21 - A 22 - D 23 - A 24 - B 25 - E 26 - A 27 - C 28 - B 29 - E 30 - C

31 (FCC - 2009 - DPE-MT / Licitações;)

Segundo o regime da Lei nº 8.666/93, a anulação do procedimento licitatório, antes da celebração do consequente contrato,

- **a)** não depende de contraditório e a ampla defesa.
- **b)** só pode ocorrer por razões de interesse público, evidenciadas por juízo de conveniência e oportunidade da autoridade competente.
- **c)** só pode decorrer de fato superveniente devidamente comprovado.
- **d)** depende da provocação de terceiros, mediante requerimento escrito e devidamente fundamentado.
- **e)** não gera, para a Administração, obrigação de indenizar.

32 - (FCC - 2006 - DPE-SP - Lei nº 8.112-1990)

Um servidor estatutário atinge a idade para a aposentadoria compulsória após 7 (sete) anos de exercício no serviço público. Sabendo-se que ele não possui outros períodos de contribuição ou de tempo de serviço a serem computados, ele

- **a)** deverá permanecer em atividade, visto que não atingiu o mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público.

- **b)** será aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, proventos esses que não podem ser inferiores a 1 (um) salário mínimo.
- **c)** será aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, garantida a percepção de 50% (cinquenta por cento) da última remuneração na atividade.
- **d)** será aposentado, com proventos integrais, em razão do critério etário.
- **e)** será exonerado, com indenização de 1 (um) salário por ano de efetivo exercício, por não reunir os requisitos para a aposentadoria.

33 - (FCC - 2006 - DPE-SP - Poderes Administrativos;)

NÃO é atividade típica de polícia administrativa a

- **a)** aplicação de sanções aos concessionários de serviços públicos, pela inadequação do serviço.
- **b)** imposição de obrigações de fazer aos particulares.
- **c)** outorga de autorizações e licenças a interessados.
- **d)** adoção de medidas cautelares administrativas, como o embargo de obra irregular.
- **e)** edição de normas regulamentares, de caráter geral e abstrato e condicionadoras do comportamento dos particulares.

34 - (FCC - 2006 - DPE-SP - Lei nº 8.112-1990)

Recurso hierárquico impróprio é

- **a)** aquele que é dirigido à autoridade superior na organização federativa.
- **b)** o pedido de reconsideração apresentado à autoridade máxima de uma estrutura administrativa.
- **c)** o pedido de revisão das decisões proferidas em processos disciplinares, para a própria autoridade sancionadora.
- **d)** a avocação do recurso administrativo pela chefia do órgão administrativo.

- **e)** o recurso interposto contra a decisão de dirigente de entidade da Administração Indireta, para a autoridade a que está vinculada, na Administração Direta.

35 - (FCC - 2006 - DPE-SP - Responsabilidade Civil do Estado;)

"O dano cometido pela concessionária de serviço público a seus usuários é capaz de gerar a responsabilidade da concessionária e, em caráter , a responsabilidade do ente público concedente."

Para que esta afirmação seja correta, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por

- **a)** objetiva, subsidiário, subjetiva.
- **b)** subjetiva, solidário, objetiva.
- **c)** subjetiva, subsidiário, subjetiva.
- **d)** objetiva, subsidiário, objetiva.
- **e)** objetiva, solidário, objetiva.

36 - (FCC - 2006 - DPE-SP - Intervenção do Estado na Propriedade;)

No processo de desapropriação, NÃO é cabível a discussão

- **a)** do preço oferecido.
- **b)** de vícios de caráter processual.
- **c)** do desvio de finalidade no ato declaratório.
- **d)** do direito de extensão.
- **e)** da fixação de acréscimos legais à indenização fixada.

37 - (FCC - 2006 - DPE-SP - / Atos Administrativos;)

Deve ser considerado ato administrativo inexistente

- **a)** a multa de trânsito lavrada por autoridade sanitária.

- **b)** o decreto que exonera servidor já falecido.
- **c)** a transferência do servidor, motivada por inimizade de sua chefia.
- **d)** a sanção administrativa aplicada em razão de erro de fato.
- **e)** o ato de aposentadoria do servidor, no qual seu nome aparece grafado incorretamente.

38 - (FCC - 2009 - DPE-SP - Processo Administrativo Federal; Parcerias Público-Privadas; Serviços Públicos;)

Em relação aos Serviços Públicos, é INCORRETO afirmar:

- **a)** A concessão de serviço público exige autorização legislativa, licitação exclusivamente pela modalidade concorrência, formalização de contrato e prazo determinado, abrangendo somente pessoas jurídicas ou consórcio de empresas.
- **b)** O contrato de concessão pela chamada parceria público-privada deve ser precedido de licitação, na modalidade concorrência, sendo imprescindível consulta pública e autorização legislativa quando se tratar da hipótese de concessão patrocinada, por prazo superior a 35 anos.
- **c)** A conservação de praças, jardins e canteiros de avenidas, em troca de publicidade local da pessoa jurídica prestadora dos respectivos serviços, enquadra-se na chamada autorização de serviços públicos, dispensada licitação e autorização legislativa.
- **d)** A permissão tem caráter precário, mediante contrato de adesão tanto com pessoas jurídicas quanto físicas, admitindo qualquer modalidade de licitação.
- **e)** A instituição de um órgão gestor e a criação de um fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas são essenciais para as parcerias público-privadas em que a União figurar como parceira.

39 - (FCC - 2009 - DPE-SP - Poderes Administrativos; Princípios da Administração Pública;)

Em relação aos poderes administrativos, assinale a alternativa que apresenta ordem de idéias verdadeira.

- **a)** O regulamento autônomo, sobre temática não prevista em lei, de autoria dos chefes do Executivo é válido e está dentro do âmbito do chamado Poder Regulamentar.
- **b)** Caracterizam-se como atributos do poder de polícia discricionário o juízo de conveniência e oportunidade, a auto-executoriedade e a coercibilidade, obedecidos os requisitos da competência, objeto, forma, finalidade e motivo, bem assim os princípios da administração pública, consistentes na legalidade, moralidade, proporcionalidade e vinculação.
- **c)** Normas gerais e abstratas editadas pela Administração Pública de forma independente ou autônoma em relação a regras gerais não são admitidas no Direito Administrativo brasileiro, ressalvadas situações excepcionais previstas necessariamente na Constituição Federal de 1988.
- **d)** Normas gerais e abstratas editadas pela Administração Pública para a explicitação de conceitos legal mente previstos não são admitidas no Direito Administrativo brasileiro, haja vista a existência de matérias absolutamente reservadas à lei pela Constituição Federal de 1988.
- **e)** São atribuições da Administração Pública, decorrentes exclusivamente do poder hierárquico, delegar atribuições, impor prestação de contas, controlar e avocar atividades dos órgãos subordinados, aplicar sanções disciplinares e editar atos regulamentares.

40 - (FCC - 2009 - DPE-SP - Administração Direta; Administração Indireta;)

Acerca da estruturação da Administração Pública, das alternativas abaixo qual contém impropriedades conceituais?

- **a)** Sob a ótica da personalidade jurídica, além do Poder Executivo, a Defensoria Pública, os Poderes Judiciário e Legislativo, o Ministério Público e os Tribunais de Contas podem ser considerados integrantes da Administração Pública Direta.
- **b)** Os serviços públicos são descentralizados por meio da administração indireta, também podendo ocorrer mediante atuação dos chamados concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos.
- **c)** Autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas carecem de lei específica para sua existência, passando a deter personalidade jurídica própria, bem assim autonomia administrativa e

gerencial, submetidas a mecanismos de controle exercidos pela Administração Pública Direta.

- **d)** É possível a existência de sócios ou acionistas privados nas sociedades de economia mista, sendo inadmissível o ingresso de capital privado na composição patrimonial das empresas públicas. Por outro lado, a imunidade recíproca prevista no Texto Constitucional Federal é extensiva apenas às empresas públicas, em igualdade de tratamento concedido às autarquias e fundações públicas.
- **e)** As sociedades de economia mista e as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, seus bens são submetidos ao regime jurídico dos bens particulares, seus quadros funcionais são preenchidos por agentes públicos celetistas e não podem submeter-se à chamada recuperação judicial, recuperação extrajudicial e à falência.

GABARITOS:

31 - E 32 - B 33 - A 34 - E 35 - D 36 - C 37 - B 38 - B 39 - C 40 - D

41 - (FCC - 2009 - DPE-SP - Licitações;)

A Construtora "A" sagrou-se vencedora de licitação pública para construção do novo paço municipal de determinado Município. Iniciada a execução dos serviços, subcontratou a totalidade da própria obra. Grande desabamento, por exclusiva imperícia de funcionários da subcontratada, causou graves danos materiais e a morte de operário e engenheiro. Este cenário hipotético permite duas conclusões contempladas corretamente na seguinte alternativa:

- **a)** Não poderia haver subcontratação do todo da obra, pois é expressamente vedada tal possibilidade pela legislação vigente; o poder público responderá na totalidade pelos danos materiais e morais.
- **b)** Poderia haver subcontratação, ainda que do todo da obra, pois amparada pela legislação vigente; o poder público responderá na totalidade pelos danos materiais e morais.
- **c)** Em nenhuma hipótese haveria possibilidade legal de subcontratação, quer total, quer parcial; a Construtora "A" responderá exclusivamente pelos danos materiais e morais.

- **d)** Poderia haver subcontratação parcial, dentro dos limites admitidos pelo edital e contrato administrativo; a empresa subcontratada responderá, em solidariedade com o poder público.
- **e)** Poderia haver subcontratação, dentro dos limites admitidos pelo edital e contrato administrativo; a Construtora "A" é a responsável, exclusivamente, pelos danos materiais e morais.

42 - (FCC - 2009 - DPE-SP / Bens Públicos;)

No tocante ao uso de bens públicos por particulares, NÃO é correto sustentar que

- **a)** a autorização de uso é ato discricionário, de título precário, podendo ser revogado a qualquer tempo, dependendo sempre de licitação e de lei autorizadora.
- **b)** a concessão de direito real resolúvel do uso aplica-se apenas aos dominicais, permitindo ao particular, mediante autorização legislativa e licitação, desempenhar atividade para fins de interesse social, de modo gratuito ou remunerado.
- **c)** a concessão de uso, em regra exige autorização legislativa e licitação, e tem por objeto uma utilidade pública de certa permanência.
- **d)** a permissão de uso é dada no interesse público, em caráter precário, dependendo, em regra, de licitação e gerando um dever de utilização, sob pena de revogação.
- **e)** os bens de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais podem ser utilizados por particulares.

GABARITOS:

41 - E 42 - A
